

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



REPRODUÇÃO SOCIAL, CRISE DO CUIDADO E JUSTIÇA REPRODUTIVA

Mariana Nicolau Oliveira¹

RESUMO

A partir da noção de totalidade social, o presente artigo busca articular a categoria gênero somada a patriarcado com as categorias de classe e raça. Em seguida, realiza-se uma reflexão acerca da dimensão da crise do cuidado e da familiarização das políticas sociais no contexto neoliberal. A concepção de justiça reprodutiva implica na garantia de direitos e a sociedade livre de opressões para o seu pleno exercício. O controle da reprodução é um ponto central na luta das mulheres, e o combate às violências e opressões remete à efetivação da justiça reprodutiva

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social; Crise do cuidado. Justiça Reprodutiva.

ABSTRACT

From the notion of social totality, this article seeks to articulate the category gender added to patriarchy with the categories of class and race. Subsequently, a reflection is made on the dimension of the crisis of care and the familiarization of social policies in the neoliberal context. The conception of reproductive justice implies the guarantee of rights and society free from oppression for its full exercise. The control of reproduction is a central point in the struggle of women, and the fight against violence and oppression refers to the realization of reproductive justice.

Keywords: Social Reproduction Theory. Crisis of care. Reproductive Justice.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. E-mail: marinicolau@outlook.com

PROMOÇÃO



APOIO



1. INTRODUÇÃO

Nesta discussão, a categoria de gênero é associada à de patriarcado, partindo do entendimento de que as relações de submissão e dominação se dão associadas aos papéis de gênero. Essa relação patriarcal de gênero pressupõe que a dominação masculina se legitima em contraposição à inferiorização da mulher.

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta. Portanto, ler e falar sobre o patriarcado é desnaturalizar nossa existência. É reparar que existe um sistema estrutural que ainda mantém a hierarquia da sociedade (LERNER, 2019, p. 21).

Conforme discute Lerner (2019, p. 47-48): “O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. Para Silvia Federici (2021), o trabalho doméstico é muito mais do que limpeza da casa:

É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem de maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (FEDERICI, 2021, p. 29).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Um dos aspectos cruciais da opressão de gênero é a questão da reprodução social e responsabilidade pelo cuidado, fatores que impactam diretamente na inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma precária e informal. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), são as mulheres que possuem nas suas relações de trabalho menores salários, posições desvalorizadas, e ainda recai sobre elas maior carga de trabalho doméstico e responsabilidades do cuidado com a família. Os dados referentes às desigualdades de desemprego, ocupação e informalidade em 2020 demonstram ainda maior desvantagem para as mulheres (IPEA, 2021).

As atividades domésticas e de cuidado são imprescindíveis à reprodução social, estas conformam a totalidade sistêmica do capitalismo (GRECCO, 2018). No bojo da reprodução social, localiza-se o trabalho do cuidado, que é criado para auxiliar a atender às necessidades primárias dos sujeitos. Seu desenvolvimento se dá como resultado do processo de sociabilidade do ser social que precisa comer, dormir e morar (PASSOS, 2016). Marx e Engels (2017) afirmam que, para as pessoas produzirem seus meios de vida, dependem da constituição dos meios de vida que precisam reproduzir. Isso implica não só na reprodução física, mas também de determinado modo de vida.

2. TOTALIDADE E TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

A noção de totalidade social de Marx permite entender a multidimensionalidade da vida social e suas partes a partir da perspectiva dialética. A definição de totalidade adotada compreende a realidade como um todo dialético e estruturado para compreender os fatos ou conjuntos de fatos (KOSIK, 1985).

A Teoria da Reprodução Social (TRS) compreende os processos de produção da vida e produção de bens e serviços como parte de um processo integrado. Isso quer dizer que, no âmbito da economia formal, se produz bens e serviços a partir da força

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de trabalho de seres humanos; já a reprodução dessas pessoas ocorre fora do âmbito da economia formal a um menor custo para o capital (BHATTACHARYA, 2017).

Ancorada pela perspectiva marxiana, Passos (2016) afirma que a renovação da vida cotidiana tem início com a criação de outros seres e a fundação da família. Embasada pela concepção de Marx e Engels (2007, p. 34) “[...] a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social”, a autora localiza a inserção do cuidado como resultado da coexistência das relações sociais e do trabalho.

Partindo da concepção de Marx da produção e reprodução da força de trabalho como mercadoria que é vendida em troca de um salário, Vogel (2000) defende que a força de trabalho é produzida e reproduzida socialmente no âmbito do lar e da família. Para Grecco, em sua teoria unitária, não há separação entre “[...] a produção de mais-valia e as opressões de gênero e em que os trabalhos domésticos e de cuidados comporiam a totalidade sistêmica do capitalismo” (GRECCO, 2018, p. 92).

Ferguson (2017) compreende a unidade dessas esferas como uma síntese das relações sociais inseparáveis, o que implica compreender o trabalho como unidade diversa de relações sociais. Conjunto de relações sociais essas que se conformam como elementos de uma totalidade.

Compreende-se, portanto, a partir da teoria da reprodução social, o capitalismo como um sistema unitário que integra a esfera da produção e da reprodução. Transformações em uma dessas esferas gera efeitos na outra, precarização do trabalho e rebaixamento dos salários podem implicar violência doméstica e execuções hipotecárias, por exemplo (BHATTACHARYA, 2017).

Cabe destacar que não é invenção do capitalismo a subordinação das mulheres, mas em seu cerne é que são desenvolvidos modelos modernos de sexismo apoiados nas estruturas sociais. A inovação trazida por esse modo de produção quanto à opressão das mulheres insere-se na separação da produção de pessoas da obtenção

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de lucro à medida que atribui às mulheres o primeiro trabalho e as subordina ao segundo trabalho (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada “econômica” e remunerada com salários em dinheiro. A reprodução foi relegada como “cuidado” em oposição a “trabalho”, realizada por “amor” em oposição a dinheiro. Ou assim nos disseram. Na verdade, as sociedades capitalistas nunca situaram a reprodução exclusivamente nas residências particulares, sempre a localizaram em bairros, comunidades de base, instituições públicas e sociedade civil; e há muito tempo transformaram parte do trabalho reprodutivo em mercadoria – embora nem de longe tanto quanto hoje (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 108-109).

No que tange a esse processo de produção de pessoas, trata-se não só da atividade em seu sentido biológico de criar e manter a vida de novos seres humanos, mas também de atividades capazes de criar e manter nossa capacidade de trabalhar (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52). As referidas atividades são conceituadas por feministas marxistas como constitutivas da reprodução social, e compreendem o conjunto de atividades e relações pelas quais a vida e o trabalho se reconstituem todos os dias (FEDERICI, 2018).

Silvia Federici (2018) afirma que, dentre os pilares da produção capitalista, se encontram a família e o trabalho doméstico. Isso se deve ao fato de que a reprodução de seres humanos – força de trabalho disciplinada – é essencial para esse sistema de produção. A consolidação da família nuclear possui um importante papel na reprodução dos valores criados, pois a organização da sociedade capitalista prescinde da manutenção das desigualdades.

A naturalização dos trabalhos de cuidado que são colocados como qualificação feminina é determinada pelas relações sociais. Esses papéis de cuidadoras são construídos socialmente, conforme elabora Saffioti (1987):

Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características “naturais” destas funções. Tais papéis passam a se inscrever na “natureza feminina”. Desta forma, a ideologia cumpre uma de suas mais importantes finalidades, ou seja, a de mascarar a realidade. Como falar de uma “natureza feminina” ou de uma “natureza masculina” se a sociedade condiciona inclusive o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



metabolismo das pessoas? Diferentemente dos outros animais, os seres humanos fazem história. Além disso, as gerações mais velhas transmitem esta história às gerações mais jovens, que partem de um acervo acumulado de conhecimentos. (SAFFIOTI, 1987, p.11)

A organização da reprodução social no modo de produção capitalista funda-se na dimensão do gênero, necessitando da manutenção dos papéis de gênero e da opressão de gênero (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Portanto, pode-se compreender que a subordinação da sexualidade feminina à reprodução reforça o binarismo de gênero e a heterossexualidade como natural e compulsória. Esse controle da sexualidade ocorre desde o âmbito familiar até por parte do Estado sob diversas formas (FEDERICI, 2018).

3. CRISE DO CUIDADO E FAMILIARIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.

O modo de produção capitalista precisa da reprodução social para funcionar e, ainda assim, renega o valor do seu trabalho. Com isso, os processos de reprodução social recaem sobre as famílias, comunidades e Estados, assumindo formas mais convenientes de aumentar seus lucros. A partir desse entendimento, serão abordadas as noções de crise do cuidado e de familiarização das políticas sociais.

Fraser (2020) teoriza sobre a contradição social reprodutiva inerente ao capitalismo que assume diferentes formas a depender da fase desse modo de produção. A referida contradição para a autora seria a raiz da crise da reprodução social, e essa crise não pode ser compreendida isoladamente. Esta seria um aspecto de uma crise geral que compreende também as crises econômicas e políticas.

Isso implica dizer que a busca por acumulação de capital tende a desestabilizar as capacidades de reprodução social, que são processos dos quais o capitalismo depende para sustentar a acumulação. Ao lançar as atividades de reprodução social sobre as famílias e comunidades, retraindo as políticas sociais do Estado, o capital diminui as capacidades que elas têm para realizar esse trabalho.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As sociedades capitalistas, em resposta a essa contradição, reinventaram a desigualdade de gênero e a dominação masculina com a construção e consolidação do ideal de família moderna. O capitalismo institucionaliza a divisão por gênero entre atividades de produção e reprodução (FRASER, 2020).

A família exerce um importante papel de manutenção do domínio capitalista por meio da perpetuação da reprodução do seu sistema de valores. O trabalho de reprodução social é de fundamental importância para a manutenção capitalista e a perpetuação da família e seus valores de hierarquia e subordinação. Federici (2021) defende que mão de obra bem disciplinada é uma condição essencial para o desenvolvimento capitalista (p. 29). Lerner (2019), em sua tese acerca da criação do patriarcado, afirma que, com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica tornou-se a família patriarcal, e essa tornou-se a unidade básica de organização do patriarcado, por expressar e criar incessantemente suas regras e valores. Nesse sentido, o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como família, religião, escola e leis (LERNER, 2019, p. 49, 261).

Para Mioto (2008), trazer a família como responsável pela provisão central do cuidado pode acabar reafirmando um modelo de família tradicional que atribui os papéis de gênero patriarcais e conservadores. Atribui-se ao grupo familiar responsabilidade e de trabalho quanto à proteção social baseada em gênero e geração. Em concordância com as diretrizes neoliberais e a primazia dos interesses do mercado, têm sido desenvolvidas as políticas sociais num processo de remercantilização de direitos através do aporte privado e incentivo às redes de solidariedade (ESPING-ANDERSEN, 2000).

Os interesses capitalistas para reduzir o custo do Estado com a reprodução social, através de cortes em gastos públicos e de precarização das condições de trabalho, combinam-se com as opressões de gênero, classe e raça. Para além dos recursos de saúde, educação, creche, abrigo públicos que conformam as atividades da reprodução social, ainda é demandada a provisão de infraestrutura. A exemplo de estruturas de canos e estradas que são reguladas pelo Estado, mas controladas pelo

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

capital e disponibilizadas e organizadas de acordo com território, raça, gênero e classe (BHATTACHARYA, 2017).

Com isso, Arruza (2017) afirma que a redução de custos com a reprodução social potencializaria as lutas sociais. A intensificação da crise da reprodução social, segundo a autora, evidencia que os conflitos a respeito dos trabalhos domésticos e de cuidados são fundamentais no embate entre capital e trabalho. A retração dos serviços públicos é também uma ação do capital contra a reprodução social.

Com isso, as pessoas pobres passam a fornecer os trabalhos no âmbito da reprodução social para quem consegue pagar por eles. E, para assumir os trabalhos de cuidado, precisam delegar os cuidados das próprias famílias (FRASER, 2020). A inserção das mulheres nos mercados de trabalho é desigual, considerando os determinantes de raça e classe. Para Hirata (2004), o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho se dá de formas diferentes também entre países de capitalismo central e dependente, traduzindo-se em trabalhos precários e vulneráveis para as mulheres do sul global a partir do modelo de delegação de cuidado.

Ou seja, a importação de trabalhadores, que em sua maioria são mulheres racializadas e de regiões pobres, que passam a realizar o trabalho reprodutivo de mulheres mais privilegiadas. Para tal, as imigrantes também irão transferir o cuidado de sua própria família para outras mulheres ainda mais pobres (FRASER, 2020). O trabalho reprodutivo também é classista, não recai igualmente sobre todas as mulheres, como no caso de trabalhadoras/es com maior renda podem atribuir a responsabilidade em relação a esse trabalho sobre outras pessoas. Há também uma divisão racial do trabalho reprodutivo nas sociedades capitalistas, seja pelo colonialismo, seja pela escravização que forçou mulheres racializadas a fornecer trabalho doméstico de graça.

Suely Costa (2002) afirma que, na sociedade brasileira, as mulheres que historicamente passam a realizar atividade fora do espaço doméstico delegam as tarefas de administração de suas casas a outras mulheres. A autora, ao trabalhar com

PROMOÇÃO



APOIO





o conceito de maternidade transferida, entende que essa transferência “[...] atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais, próprias das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas” (COSTA, 2002, p. 303).

Pensando na responsabilização das famílias, por conseguinte, das mulheres pela proteção social e provisão de cuidados na sociabilidade capitalista, o conceito de Justiça Reprodutiva é cunhado como um horizonte que compreende que a chave para essa contradição sociorreprodutiva implica uma mudança paradigmática e societária.

4. JUSTIÇA REPRODUTIVA

Tithi Bhattacharya (2017) defende a perspectiva de Justiça Reprodutiva – no lugar do conceito de direitos reprodutivos – como abordagem para pensar a saúde e o direito reprodutivos a não somente o direito ao aborto, mas também ao direito a ter filhos. Considerando o histórico de esterilizações forçadas e políticas de controle de natalidade voltadas às mulheres negras e pobres.

Enquanto o neoliberalismo remodela a opressão de gênero diante de nossos olhos, vemos a única maneira de as mulheres e as pessoas não alinhadas à conformidade de gênero atualizarem os direitos que têm no papel ou que ainda podem conquistar é transformando o sistema social subjacente que oculta nossos direitos. O aborto legal, em si, faz pouco pelas mulheres pobres e da classe trabalhadora que não têm nem recursos para pagar por ele nem acesso as clínicas que o realizam. Em vez disso, a justiça reprodutiva exige assistência à saúde gratuita, universal e não lucrativa, bem como o fim de práticas racistas e eugenistas na profissão médica (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 42).

Portanto, pensar a justiça reprodutiva implica não somente o que se refere ao controle sobre querer ou não ter filhos e filhas ou quando, mas ter a possibilidade de tomar essas decisões com um salário decente, com escolas públicas e sem que seus

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

filhos sejam mortos ou encarcerados por racismo do Estado (BHATTACHARYA, 2017).

Os direitos relacionados ao exercício da reprodução social, que vêm sendo regulada pelo Direito desde o século XIX, partem do entendimento de que regular a reprodução se fazia necessário para também assegurar a reprodução da ordem social, em que cabia o âmbito doméstico à mulher – exercendo o papel de esposa, mãe e dona de casa e ao homem à esfera pública como provedor. Mattar (2013, p. 55) disserta que: “Contribuíram para esta divisão sexual do trabalho, que vigorou por séculos, os ditames religiosos e a moralidade sexual que recaíam – e, ainda que em menor intensidade, continuam a recair – sobre as mulheres”.

Corrêa (2008) aponta que mesmo os consensos normativos considerados mais progressistas ainda são contingentes e excludentes, já que os consensos institucionais levam sempre a novos processos de disputa. No entanto, diante de tantos ataques do conservadorismo moral contra consensos legitimados das definições das normativas de Cairo e de Pequim – mesmo que parciais e excludentes –, Corrêa (2008) ressalta que é importante defender na conjuntura imediata essas concepções ainda que limitadas, sem perder de vista a superação e avanço nos direitos humanos na esfera da sexualidade.

Mattar (2013) afirma que o dever do Estado de proteger os direitos requer que o Estado tome as medidas legislativas, administrativas, orçamentárias, judiciais e educativas para a garantia dos direitos. Ainda que muitos dos direitos relativos ao planejamento familiar estejam presentes na agenda de políticas públicas de saúde brasileiras, não é possível verificar na prática uma ampla efetivação. Houve a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983 e ocorreram também diversos avanços e retrocessos, no entanto, o Brasil não chegou a garantir às mulheres acesso universal e igualitário ao direito à saúde reprodutiva.

Os direitos sexuais e reprodutivos são marcados pela hierarquização de classe social, gênero e raça. A maternidade é atravessada por uma série de violências, em especial para as mulheres negras. Elas estão mais expostas à violência obstétrica em

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

virtude do estigma associado à mulher negra, de sofrerem esterilização compulsória, serem vítimas de morte materna e de não terem o direito de criar seus filhos, já que a juventude negra é a maior vítima de violência policial.

Conforme ilustram os dados da campanha do Ministério da Saúde intitulada “SUS sem racismo”, as mulheres negras são as que mais morrem por complicações no parto, aborto e demais situações no país. No Brasil, 60% das vítimas de mortalidade materna são negras; apenas 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto; já o índice para mulheres brancas chega a 46,2%. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2015 mostra que a mortalidade materna entre mulheres brancas diminuiu nos últimos anos, ao passo que entre as negras aumentou.

A hierarquia social da mulher no Brasil demarca a assistência ao parto, assim como as incidências de violações ao longo de toda experiência de maternidade. Em geral, as mulheres de baixa renda e escolaridade, que são em maioria negras, têm uma assistência diferenciada das mulheres pagantes do setor privado, o que pode significar para aquelas pouco ou nenhum direito à escolha sobre os procedimentos relativos ao parto. Para além das experiências ligadas ao parto, a maternidade também pode ser entendida como um privilégio de classe, tratando-se de poder ver o filho crescer, já que um grande número de mulheres não tem esse direito.

Em suma, a adoção do conceito de Justiça Reprodutiva amplia a ótica sobre os direitos reprodutivos ao serem pensados numa perspectiva de justiça social e direitos humanos para exercer uma plena saúde reprodutiva. A concepção de Justiça Reprodutiva implica a garantia de direitos e a sociedade livre de opressões para o seu pleno exercício. E para isso pressupõe o acesso a recursos socioeconômicos e políticos para decidir sobre seus corpos. Sua efetivação só se realiza com a concretização do acesso à justiça social e à saúde reprodutiva.

5. CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A Teoria Marxista da Reprodução Social é um eixo de análise potente para pensar a totalidade das relações sociais, considerando os aspectos que envolvem as lógicas patriarcais, racistas e classistas engendradas pelo capitalismo. Partindo desse entendimento, é possível compreender que os interesses dominantes de manutenção do status quo necessitam da subordinação feminina e do estabelecimento da desigualdade de gênero.

A referida teoria nos é útil não só para pensar as questões relacionadas ao controle da sexualidade e reprodução realizado por parte de estruturas de controle, mas também para pensar a funcionalidade da divisão entre produção e reprodução social para o modo de produção capitalista, o que mistificou o trabalho não pago e o transformou em atribuição feminina. Nessa direção, as tarefas domésticas e de cuidado recaem sobre as mulheres, que ao mesmo tempo em que são convocadas ao trabalho fora do lar para garantia material, são colocadas como responsáveis pelas atividades de reprodução social.

Com a retração das políticas sociais e com a precarização das relações de trabalho, as mulheres não contam com o Estado para ter creches, cuidado com os idosos, políticas de alimentação garantida, por exemplo, enquanto precisam trabalhar cada vez mais para receber baixos salários. Configurando-se uma crise dos cuidados, que fazem com que mulheres pobres e racializadas vendam sua força de trabalho a um custo cada vez mais baixo para realizar atividades domésticas e de cuidado para mulheres com salários maiores.

O controle da reprodução é um ponto central na luta das mulheres, e o combate às violências e opressões remete à efetivação da justiça reprodutiva. Portanto, cabe ressaltar novamente a importância da não universalização da categoria mulher para direcionar a luta por direitos reprodutivos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. **Capitalism and the Conflict over Universality**. Philosophy Today 61(4), 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Social Reproduction Theory**: remapping class, recentering oppression. London: Pluto Press, 2017.

CORRÊA, Sonia. Cruzando a Linha Vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (org.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen, Juris, 2008.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 301-323, 2002.

CRIOLA; GELEDÉS. **Dossiê A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações**. 2016. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em 20 maio 2023.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 2000.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário. Notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Vol. 1. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de Maíra Silva, revisão técnica de Mariana Luppi. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, nov. de 2017.

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288, jul. 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado.** 2010.

GRECCO, Fabiana. Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 70-102, set./dez. 2018.

HIRATA, Helena. Trabalho Doméstico: uma servidão “voluntária”? In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTAR, Laura Davis. Os direitos reprodutivos das mulheres. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão. **Manual dos Direitos da Mulher.** São Paulo: Saraiva, 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008

Passos, Rachel Gouveia. **Trabalhadoras do care na saúde mental: contribuições marxianas para a profissionalização do cuidado feminino.** 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory.** Chicago: Haymarket Books, [1983] 2013.

PROMOÇÃO



APOIO

